

Secretaria de  
Estado da  
Administração



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Referência: Processo nº 202400005006735

Interessado(a): @nome\_interessado@

**Assunto:**

DESPACHO Nº 342/2025/GAB

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO

(NEGÓCIOS PÚBLICOS) ANÁLISE JURÍDICA, NOS

MOLDES DO ART. 47 DA LEI COMPLEMENTAR

ESTADUAL Nº 58/2006. PREGÃO ELETRÔNICO

SRP Nº 62/2024 - SEAD. REGISTRO DE PREÇOS

PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE

GERENCIAMENTO E CONTROLE DE

FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL EM

VEÍCULOS, POR MEIO DE SISTEMA

INFORMATIZADO, EM REDE DE POSTOS

CREDENCIADOS. REGULARIDADE JURÍDICA DO

PROCEDIMENTO, COM RECOMENDAÇÕES.

1. Cuida-se do Pregão Eletrônico - SRP nº 62/2024 - SEAD (Contratação nº 104486), destinado ao registro de preços, para a “*prestação de serviços continuados de gerenciamento e controle de fornecimento de combustível em veículos, por meio de sistema informatizado, em rede de postos credenciados, com pagamento por meio de cartão microprocessado (com chip ou magnético), para o atendimento da frota do Poder Executivo do Estado de Goiás*”.

2. A Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado da Administração - SEAD se manifestou, em caráter prévio, por meio de Parecer Jurídico (SISLOG nº [73177](#)), ocasião em que opinou pela viabilidade jurídica do prosseguimento da licitação, desde que observadas as recomendações apontadas. Ao fim da fase externa, foi elaborado novo Parecer Jurídico (SISLOG nº [127287](#)), em que se opinou pela regularidade do procedimento, com recomendações. Ato contínuo, procedeu-se à remessa dos autos ao Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 58, de 2006, em vista da estimativa de custo das aquisições.

3. É o breve relatório. Passa-se à manifestação.

4. Trata-se de processo licitatório sob a modalidade pregão, para registro de preços do tipo maior desconto por item (único). Registre-se também, desde já, que o Documento de Oficialização da Demanda - DOD (SISLOG nº [15894](#)) não informa a fonte dos recursos a serem utilizados para a

futura contratação, por se tratar de registro de preços, razão pela qual é imperiosa a aplicação, para além das normas gerais editadas pela União, das normas específicas estaduais, como o “repregoamento” (art. 30, § 2º, do Decreto estadual nº 10.247, de 2023).

5. Quanto ao critério de julgamento - maior desconto por item - recorda-se que, em regra, deve o objeto ser adjudicado por item, conforme art. 13, § 2º, do Decreto estadual nº 10.247, de 2023, bem como de acordo com a Súmula nº 247-TCU. No caso presente, há um único item, de modo que sequer haveria como realizar a licitação por grupo de itens (em termo menos técnicos, “por lote”). Além disso, há justificativa técnica para que o item existente não tenha sido subdividido em lotes, conforme Seção 5 do Estudo Técnico Preliminar - ETP (SISLOG nº [75332](#)):

*“O agrupamento objeto do presente Instrumento em um único item tem por objetivos facilitar o gerenciamento contratual, bem como obter economia de escala, reduzindo custos para a Administração, tendo em vista se tratar de produtos com a mesma origem produtiva e de fornecimento, ao passo em que o custo para o gerenciamento de número variado de fornecedores traz ineficiência e maior ônus na gestão e fiscalização da contratação. Alcança-se, desta maneira, preço mais vantajoso para a Administração no ganho de escala, além de eficiência na gestão contratual”.*

6. Do ETP (SISLOG nº [75332](#)) também se extrai justificativa para a opção pela modalidade pregão (Seção 2, 2.2), aduzindo-se que “O objeto a ser contratado é Comum, assim considerado

*por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado”.*

7. Também foi abordada a opção pela utilização do Sistema de Registro de Preços (1.15), havendo-se negrito a seguinte hipótese de cabimento do procedimento: “***for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, no caso das contratações compartilhadas***”. Além disso, mencionaram-se, como vantagens, a redução dos gastos e a rapidez na contratação.

8. No mais, o ETP contém a justificativa do quantitativo estimado (3.1 e ss.), requisitos da contratação (Seção 6), levantamento de mercado (Seção 7), com análise das soluções possíveis, e conclusão pela viabilidade da contratação.

9. Termo de Referência (SISLOG nº [80526](#)) também se encontra, em linhas gerais, adequado às prescrições legais, sublinhando-se que, dentre outros aspectos, i) são arroladas as especificações do serviço a ser prestado, com as funcionalidades que o sistema deve possuir (Seção 7), e ii) há justificativa para a ausência de disputa exclusiva ou reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte (10.8) e para a impossibilidade de participação de consórcios (10.19).

10. Ainda no que concerne à etapa preparatória, anota-se que os autos se encontram instruídos com Portaria de Contratação (SISLOG nº [74710](#)), Mapa de Riscos (SISLOG nº [54041](#)),

Matriz de Riscos (SISLOG nº [68155](#)) e Orçamento Estimado (SISLOG nº [74831](#)).

11. No que concerne às minutas do Edital (SISLOG nº [81358](#)), da ARP (SISLOG nº [75002](#)) e do Contrato (SISLOG nº [97117](#)), verifica-se que se encontram em conformidade com as disposições legais, ressaltando-se a adequação da previsão do item 11.22 do Edital, segundo o qual *“Os preços serão fixos e irremovíveis”*. Com efeito, justificou-se, acertadamente, que *“Não haverá previsão de reajuste contratual para o objeto em questão face à mecânica de flutuação refletida na unidade de medida dos serviços – Taxa de administração (%) – que absorve sem restrições as variações decorrentes do mercado de combustíveis”*. Em síntese, a sistemática de remuneração, por sua natureza, não se afina com o reajuste de preços. **Sobre o ponto, recomenda-se apenas que a minuta da ARP seja corrigida, pois seu item 6.3 prevê a possibilidade de reajuste ou repactuação.** Embora, em regra, não seja possível a alteração dos documentos anexos ao edital, por razões óbvias, não se vislumbram empecilhos quanto à correção de meros equívocos, tal como sucede quanto ao aspecto ora versado.

12. Em síntese, conclui-se que a etapa preparatória foi devidamente instruída, nos termos do Decreto estadual nº 10.207, de 2023, em especial do seu art. 7º, que arrola a documentação necessária.

13. Assim, foi iniciada a fase externa do certame, com a publicação do aviso de licitação (SISLOG nº [87786](#), [127675](#), [127730](#) e [127736](#)) no DOE, em jornal de grande circulação, no PNCP e no site da SEAD, no dia 07 de outubro de 2024.

14. Foram realizados pedidos de esclarecimento (SISLOG nº [92747](#) e [93037](#)), devidamente respondidos (SISLOG nº [94117](#)). Além disso, foi formulada uma impugnação ao Edital (SISLOG nº [93102](#)), pela empresa Ticket Soluções HDFGT S/A, em que requereu alterações no Edital quanto à utilização, como teto dos abastecimentos, do preço médio da ANP, e quanto ao percentual mínimo da taxa de desconto. Diante dos subsídios fornecidos pela área técnica (SISLOG nº [94117](#)), o pregoeiro rejeitou a impugnação (SISLOG nº [95769](#)).

15. Conforme Ata da Sessão (SISLOG nº [116777](#)), iniciou-se a disputa no dia 22 de outubro de 2024, podendo-se observar, a partir de exame detido, a observância do prazo de 10 (dez) dias úteis, estabelecido pelo art. 55, II, “a”, da Lei nº 14.133, de 2021, dispositivo aplicável por se estar diante de serviço julgado sob o critério de maior desconto.

16. Inicialmente, apresentou a melhor proposta a empresa Volus Instituição de Pagamento Ltda (SISLOG nº [96256](#)), que, no entanto, restou desclassificada, em face da sua reprovação no teste de funcionalidade do sistema (SISLOG nº [102315](#)). Assim, conforme se extrai da Ata da Sessão (SISLOG nº [116777](#) - mensagem do chat - 11/11/2024 - 09:03:45), houve, acertadamente, o

restabelecimento da fase de lances, sagrando-se vencedora a empresa Neo Consultoria e Administração de Benefícios Ltda (SISLOG nº [104795](#)), que apresentou seus documentos de habilitação (SISLOG nº [104805](#)) e foi aprovada no teste de funcionalidade (SISLOG nº [106809](#)).

**Quanto à análise dos documentos de habilitação, recomenda-se a juntada, aos autos, do documento que ateste a apreciação efetuada, em atendimento à solicitação de diligência formulada pelo pregoeiro (SISLOG nº [104812](#)).**

17. Com a declaração, como vencedora, da empresa Neo Consultoria, a empresa Trivale Instituição de Pagamento Ltda apresentou recurso (SISLOG nº [110298](#)), alegando deficiências no programa de gestão de frotas da empresa vencedora, o que haveria de ter resultado em sua reprovação na prova de conceito. Diante da manifestação da área técnica (SISLOG nº [111617](#)) e das contrarrazões apresentadas pela recorrida (SISLOG nº [111883](#)), o titular da Pasta conheceu do recurso, mas julgou-o improcedente (SISLOG nº [115796](#)). Inconformada, a recorrente chegou a apresentar, ainda, “Recurso de Reconsideração” (SISLOG nº [118746](#)), que sequer foi conhecido, por intempestivo, conforme Julgamento de Pedido de Reconsideração (SISLOG nº [118748](#)).

18. Neste panorama, foi lavrado Termo de Julgamento e Homologação (SISLOG nº [116449](#)), devidamente publicado no DOE (SISLOG nº [117602](#)), bem como foi elaborada minuta da Ata de Registro de Preços (SISLOG nº [122480](#)) já com as informações da adjudicatária. **Acerca da**

**ARP, sugere-se, apenas, a correção já apontada acima, no sentido de que seja suprimida a referência ao reajuste e à repactuação, constante do item 6.3.**

19. Em síntese, depreende-se, do narrado, que o procedimento trilhou regularmente.

20. Quanto à documentação orçamentário-financeira da eventual despesa, por se tratar de Sistema de Registros de Preços, não é exigido, por ora, o cumprimento de certos comandos legais, mormente de aspectos financeiros da despesa, que deverão ser satisfeitos no momento em que forem realizadas as contratações decorrentes.

21. Quanto à habilitação da empresa vencedora, os autos se encontram instruídos com a documentação pertinente (SISLOG nº [104805](#)), cujo dever de minuciosa análise recai sobre os setores competentes da SEAD. **De todo modo, registra-se a necessidade de atualização dos documentos vencidos (dentre outros, o certificado de regularidade do FGTS, por exemplo) previamente à assinatura da ARP. Além disso, reitera-se a necessidade de que seja juntada aos autos a análise feita acerca dos atestados de capacidade técnica, conforme recomendado no parágrafo 16.**

22. Recorde-se, por oportuno, que a pretensa contratada deve manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições de



habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme consignado no art. 68, c/c inciso XVI do art. 92 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

23. É também relevante destacar a necessidade de publicação da ARP, assentada no **Despacho Referencial nº 785/2024/GAB** (SEI nº [60715370](#) – processo nº [202400010025781](#)), que assim dispõe: “*a ata de registro de preços deverá ser divulgada, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, segundo art. 82 (implicitamente), c/c inciso IV do art. 174 da Lei federal nº 14.133, de 2021, bem como de acordo com o § 4º do art. 40 e art. 45 da Instrução Normativa nº 001/2024 – SEAD*”.

24. Cumpre reforçar, por derradeiro, que o presente opinativo não tem como escopo analisar ou validar as informações técnicas, econômicas ou financeiras que justificam a presente contratação, e que por não envolverem questões de natureza jurídica, são de responsabilidade dos órgãos e das unidades técnicas competentes.

25. Ante o exposto, aprova-se, com pontuais acréscimos, o **Parecer Jurídico (SISLOG nº [127287](#)) editado pela Procuradoria Setorial da SEAD**, manifestando-se pela regularidade do procedimento e pela possibilidade de assinatura da Ata de Registro de Preços, desde que observadas as recomendações apontadas.

26. Matéria orientada, **retornem-se os autos à Secretaria de Estado da Administração,**  
**via Procuradoria Setorial,** para a continuidade do feito.

**RAFAEL ARRUDA OLIVEIRA**

Procurador-Geral do Estado

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

GOIANIA, 13 de fevereiro de 2025.

Sistema de Logística de Goiás - SEAD  
[Cargo/função do usuário]



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL ARRUDA OLIVEIRA, Procurador (a) Geral do Estado**, em 13/02/2025, às 16:45, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
**[http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)**  
**acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=1** informando o código  
verificador **70699219** e o código CRC **19679852**.



Referência: Processo nº 202400005006735

SEI 70699219